



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A

CNPJ Nº 19.699.063/0001-06

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Rua Barão de Teffé, 160, Sala 505 – Anhangabaú – Jundiaí - SP, CEP 13208-760

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
1. A COMPANHIA	4
2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	4
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	8
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
Balanço Patrimonial.....	9
Demonstração do Resultado	11
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. Contexto Operacional	14
2. Base de Preparação	14
3. Políticas Contábeis Materiais	15
4. Caixa e Equivalentes de Caixa	18
5. Títulos e valores mobiliários	18
6. Clientes	19
7. Tributos	19
8. Ativo de contrato	20
9. Fornecedores	21
10. Partes relacionadas	21
11. Debêntures	21
12. Pesquisa e Desenvolvimento	22
13. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos	22
14. Provisões para Litígios e Passivo Contingente	23
15. Patrimônio Líquido	24
16. Receita Operacional Líquida	25
17. Custos e Despesas Operacionais	25
18. Resultado Financeiro	25
19. Instrumentos Financeiros	26
20. Seguros	28
21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	28
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES	30
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2025, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro

1. A COMPANHIA

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A (MSG ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 11.12.2013 e atua na área de transmissão de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

1.1. MSG em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	31.12.2025	31.12.2024	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	3.516.655	3.747.356	(6,2)
Caixa e equivalentes de caixa	178.401	20.964	751,0
Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	100.423	266.585	(62,3)
Dívida líquida	(278.824)	(287.549)	(3,0)
Receita operacional bruta	437.417	433.103	1,0
Deduções da receita	(41.867)	(42.094)	(0,5)
Receita operacional líquida (ROL)	395.550	391.009	1,2
Custos e despesas operacionais	(75.805)	(69.978)	8,3
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	319.745	321.031	(0,4)
Ebitda ou Lajida (a)	320.065	321.624	(0,5)
Resultado financeiro	(163.168)	(174.272)	(6,4)
IRPJ/CSLL	53.186	49.887	6,6
Lucro operacional	156.577	146.759	6,7
Lucro líquido do exercício	103.391	96.872	6,7
Patrimônio líquido	1.397.141	1.387.326	0,7
Dividendos	98.221	92.028	6,7
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,2	4,6	(52,2)
Liquidez geral (índice)	1,7	1,6	6,3
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/ROL) (%)	80,9	82,3	(1,7)
Margem operacional (lucro operacional/ROL) (%)	39,6	37,5	5,6
Margem líquida (lucro líquido/ROL) (%)	26,1	24,8	5,2
Participação de capital de terceiros (%)	60,3	63,0	(4,3)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) (b)	7,4	7,0	5,7

(a) Ebitda ou Lajida - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

(b) Lucro Líquido ÷ Patrimônio Líquido

2. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A MSG, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, incorpora os princípios ESG (Ambiental, Social e Governança) à sua estratégia corporativa, fundamentando sua atuação nos temas materiais identificados por meio de consulta às partes interessadas, nas diretrizes estabelecidas pela Política de Sustentabilidade. A integridade é um valor transversal que orienta todas as práticas da companhia, reforçando o compromisso com a ética, a transparência e a conformidade. Essa abordagem é complementada por compromissos voluntários alinhados aos Princípios do Pacto Global e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (Agenda 2030).

O ESG na estratégia da Copel visa promover uma cultura sistêmica e ampla de sustentabilidade, com origem nas partes interessadas, e os temas materiais orientam programas e iniciativas que geram valor compartilhado, minimizam riscos e potencializam oportunidades.

O desempenho ESG é monitorado continuamente por indicadores e avaliações externas, como o ISE, da [B]³, o CSA, da S&P Global, e o CDP.

2.1. Programa de Integridade

O Programa de Integridade da Copel está alinhado às melhores práticas de ações contra a corrupção. O 10º Princípio do Pacto Global preconiza que as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, com metas para desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis, indo além das obrigações legais, fortalecendo os mecanismos de transparência e integridade. Abrangendo todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais, o Programa de Integridade está estruturado para prevenir, detectar e remediar potenciais atos lesivos como conflito de interesses, fraudes em processos de contratação e pagamentos, entre outros.

Para seguir garantindo a aplicação das melhores práticas, a Copel foi certificada pela ISO 37301, revisando uma série de práticas e normas, ampliando a interação entre os processos de controles e gestão de riscos e implementou outras melhorias ao longo de 2024.

O Programa de Integridade Copel engloba: Código de Conduta; Estatuto Social; Canais de Manifestação; Gestão de Riscos; Matriz de Riscos e Controles Internos e Políticas abrangentes. As informações detalhadas que contemplam o Programa de Integridade da Copel podem ser acessadas no website:

<https://ri.copel.com/publicacoes-e-documentos/formulario-de-referencia-e-cadastral/>

2.2. Dimensão Social

A MSG, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, reafirma seu compromisso com a integração das dimensões ambiental, social e econômica, orientando suas práticas pelas Políticas de Sustentabilidade e de Governança Corporativa, que consolidam valores como diálogo, transparência, respeito aos Direitos Humanos, acessibilidade, inclusão e desenvolvimento sustentável. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

• Política de Equidade

A Copel defende a equidade como o tratamento justo e isonômico a ser dispensado a cada uma das partes interessadas (conforme as suas especificidades e demandas), sempre baseado em respeito, diversidade, inclusão e igualdade de direitos e oportunidades. A equidade estimula a competitividade e constrói um ambiente que viabiliza decisões mais assertivas e justas, com atenção especial a grupos vulneráveis e sujeitos à discriminação.

Para a Copel, o compromisso com a equidade de gênero e com o papel da mulher no Brasil e no mundo são uma missão de todos. Por isso, constitui pilar fundamental dentre as suas diretrizes estratégicas e está refletido nos seus documentos empresariais, em especial no Código de Conduta e nas Políticas de Sustentabilidade, de Governança Corporativa, de Gestão de Pessoas e de Indicação, Remuneração e Avaliação Anual de Desempenho.

A Companhia, adota as políticas de sua controladora e possui dois diretores responsáveis pela tomada de decisões, não dispondo de empregados próprios nem de conselho de administração constituído, sendo que as matérias relevantes são submetidas à deliberação da Assembleia Geral.

2.3. Dimensão Ambiental

A MSG, como subsidiária da Copel GeT e da Copel, atua de forma comprometida com o desenvolvimento sustentável. A Companhia atua para atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). As diretrizes para essa atuação estão na Política de Sustentabilidade da Copel, que aborda em seus diversos capítulos os temas Ambiental, Biodiversidade, Direitos Humanos, Engajamento com Partes Interessadas, Investimento Social Privado e Mudança do Clima. Mais informações sobre esses programas podem ser encontradas no Relato Integrado da Copel.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

A MSG arrematou o Lote A do leilão ANEEL nº 07/2013 realizado em novembro de 2013. O Aviso de Homologação e Adjudicação do referido leilão foi publicado no Diário Oficial da União em 24.03.2013. O Contrato de Concessão nº 01/2014 foi assinado em 14.05.2014, pelo prazo de 30 anos, com vencimento portanto em 13.05.2044.

O contrato de concessão previa as seguintes instalações nos estados de São Paulo e Paraná, com prazo de entrada em operação comercial em 42 meses:

- LT 500kV Itatiba – Bateias;
- LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba;

- LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias;
- SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar;
- SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; e
- SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

Além dessas instalações, o contrato de concessão previa também as seguintes obras, com prazo de entrada em operação comercial em 48 meses:

- Seccionamento da LT 500 kV Campinas-Cachoeira Paulista na SE Fernão Dias;
- Seccionamento da LT 440 kV Bom Jardim-Taubaté na SE Fernão Dias.

Conforme previsão, esses últimos bens foram transferidos sem ônus para as concessionárias de transmissão das linhas seccionadas (Furnas Centrais Elétricas S.A. e Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP, respectivamente).

Todas as instalações já entraram em operação comercial.

Reforços nas instalações:

- A Aneel emitiu a Resolução Autorizativa nº 16.297/2025, autorizando a Companhia a implantar reforços na SE Fernão Dias, sob sua responsabilidade, e estabeleceu a Receita Anual Permitida - RAP no valor de R\$ 18,3 milhões com entrada prevista para janeiro de 2028.

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Físicas

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capacidade Transformação (MVA)	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Linhas e Subestações próprias							
Contrato nº 001/2014							
Compensador Estático de Reativos - SE Santa Barbara d' Oeste	100%	CS	500,0	—	—	04.09.2020	14.05.2044
Compensador Estático de Reativos - SE Itatiba		CS	500,0	—	—	28.02.2020	
LT Araraquara 2 - Itatiba		CS	500,0	414	—	08.03.2020	
LT Itatiba - Bateias		CS	500,0	222	—	23.03.2020	
LT Araraquara 2 - Fernão Dias e SE Fernão Dias (1º Banco de Autotransformado + Reserva)		CS	500,0	249	1.200	19.11.2020	
SE Fernão Dias (2º e 3º Banco de Autotransformadores)		CS	500,0	—	2.400		
				159	300		

Linhas e Subestações de Transmissão em Operação – Características Financeiras

Linhas e Subestações de Transmissão	Propriedade	RAP (R\$ mil)	RAP Proporc. (R\$ mil)	Ano de degraú da RAP	Mês base reajuste	Índice de correção
Linhas e Subestações próprias						
Contrato nº 001/2014						
Compensador Estático de Reativos - SE Santa Barbara d' Oeste	100%	338.708	338.708	não aplicável	Julho	IPCA
Compensador Estático de Reativos - SE Itatiba						
LT Araraquara 2 - Itatiba						
LT Itatiba - Bateias						
LT Araraquara 2 - Fernão Dias e SE Fernão Dias (1º Banco de Autotransformado + Reserva)						
SE Fernão Dias (2º e 3º Banco de Autotransformadores)						

RAP Realizada e Esperada

Em vista das linhas em operação, a RAP esperada para os próximos cinco anos está representada no quadro a seguir:

Linha de transmissão - RAP proporcional - R\$ mil *	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Integral							
Contrato de concessão de transmissão nº 001/2014	316.837	338.708	338.708	338.708	357.017	357.017	357.017
Total	316.837	338.708	338.708	338.708	357.017	357.017	357.017

* Valores correntes nominais até 2025. A partir de 2026, inclusive, são sem inflação à moeda de 31.12.2025.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2025, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 4.541, representando 1,16% de aumento em relação a 2024, decorrente principalmente, da atualização do Ativo de contrato pelo IPCA compensado parcialmente pela redução da receita de construção no período.

4.2. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais, tiveram aumento de R\$ 5.827, representando aumento de 8,3% em relação a 2024, devido principalmente ao incremento em serviços de terceiros e custos de construção, compensados parcialmente pela redução de perdas de créditos, provisões e reversões.

	2025	2024	Variação	
			R\$	%
Pessoal, administradores, Planos de Previdência e Assistencial	5.611	9.014	(3.403)	(37,8)
Material	446	352	94	26,7
Serviços de terceiros	33.382	24.525	8.857	36,1
Depreciação e amortização	320	592	(272)	(45,9)
Perdas de créditos, provisões e reversões	(4.509)	9.458	(13.967)	(147,7)
Custo de construção	35.335	22.603	12.732	56,3
Outros custos e despesas operacionais	5.220	3.434	1.786	52,0
	75.805	69.978	5.827	8,3

4.3. EBITDA ou LAJIDA

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	103.391	96.872
Despesas com tributos sobre os lucros	53.186	49.887
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	163.168	174.272
Lajir/Ebit	319.745	321.031
Depreciação e Amortização	320	593
Lajida/Ebitda	320.065	321.624
Receita Operacional Líquida - ROL	395.550	391.009
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	80,92 %	82,25 %

4.4. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou acréscimo de R\$ 11.104 ou 6,37% em relação a 2024 impactado principalmente pela redução nos valores de variação monetária e encargos de dívida e devido ao aumento do rendimento de aplicações financeiras em relação ao ano anterior.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	178.401	20.964
Títulos e valores mobiliários	5	—	145.342
Clientes	6	37.577	39.750
Ativos de Contrato	8	74.908	346.208
Outros créditos		1.465	240
Imposto de renda e contribuição social		1.581	5.898
Outros tributos a recuperar		4	—
Despesas antecipadas		261	1.173
		294.197	559.575
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	5	100.486	121.306
Depósitos judiciais		312	374
Ativos de Contrato	8	3.113.490	3.052.439
Outros créditos		—	1.047
Imposto de renda e contribuição social		7.283	11.376
Outros tributos a recuperar		124	124
		3.221.695	3.186.666
Imobilizado		139	206
Intangível		14	41
Direito de uso de ativos	13	610	868
		3.222.458	3.187.781
TOTAL DO ATIVO		3.516.655	3.747.356

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

PASSIVO	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas		11	573
Partes relacionadas		645	622
Fornecedores	9	7.160	7.031
Imposto de renda e contribuição social		193	—
Outras obrigações fiscais		2.910	2.083
Debêntures	11	97.749	87.054
Dividendos a pagar		24.555	23.007
Pesquisa e desenvolvimento	12	1.552	352
Passivo de arrendamento	13	337	265
Outras contas a pagar		179	578
		135.291	121.565
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.1	244.136	200.149
Debêntures	11	1.688.211	1.696.683
Pesquisa e desenvolvimento	12	4.213	4.006
Passivo de arrendamento	13	375	678
Outras contas a pagar		1.230	962
Outros tributos diferidos	7.4	—	310.054
Provisões para litígios	14	46.058	25.933
		1.984.223	2.238.465
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	1.134.963	1.134.963
Reserva legal	15.2	27.152	21.982
Reserva de retenção de lucros	15.2	161.360	161.360
Dividendo adicional proposto	15.4	73.666	69.021
		1.397.141	1.387.326
TOTAL DO PASSIVO		3.516.655	3.747.356

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	395.550	391.009
Custos Operacionais	17	(61.486)	(46.420)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		334.064	344.589
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	17	(453)	(8.850)
Despesas gerais e administrativas	17	(17.513)	(15.089)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	3.647	381
		(14.319)	(23.558)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		319.745	321.031
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		38.592	33.506
Despesas financeiras		(201.760)	(207.778)
		(163.168)	(174.272)
LUCRO OPERACIONAL		156.577	146.759
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7.2		
Imposto de renda e contribuição social		(9.199)	(8.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(43.987)	(41.835)
		(53.186)	(49.887)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		103.391	96.872
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	15.2	0,09110	0,08439

As notas explicativas ("NE") da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	31.12.2025	31.12.2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	103.391	96.872
Outros resultados abrangentes	—	—
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	103.391	96.872

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	Capital social	Reservas de Lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldo em 1º de janeiro de 2024		1.209.074	17.138	161.360	82.858	—	1.470.430
Redução de Capital		(74.111)	—	—	—	—	(74.111)
Lucro do exercício		—	—	—	—	96.872	96.872
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	(82.858)	—	(82.858)
Destinação proposta à A.G.O.:	15.4						
Reserva Legal		—	4.844	—	—	(4.844)	—
Dividendos		—	—	—	—	(23.007)	(23.007)
Dividendo adicional proposto		—	—	—	69.021	(69.021)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1.134.963	21.982	161.360	69.021	—	1.387.326
Lucro do exercício		—	—	—	—	103.391	103.391
Deliberação do Dividendo Adicional proposto		—	—	—	(69.021)	—	(69.021)
Destinação proposta à A.G.O.:	15.4						
Reserva Legal		—	5.170	—	—	(5.170)	—
Dividendos		—	—	—	—	(24.555)	(24.555)
Dividendo adicional proposto		—	—	—	73.666	(73.666)	—
Saldo em 31 de dezembro de 2025		1.134.963	27.152	161.360	73.666	—	1.397.141

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Em milhares de reais)

	NE nº	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		103.391	96.872
Ajustes para a reconciliação do Lucro líquido do exercício com a (utilização) de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		200.454	205.383
Remuneração de contratos de concessão de transmissão		(369.261)	(365.702)
Imposto de renda e contribuição social	7.2	9.199	8.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.2	43.987	41.835
Apropriação de programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	12.2	3.215	2.955
Depreciação e amortização	17	320	592
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17	(4.509)	9.458
Resultado das baixas de imobilizado		53	73
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos – líquido		—	(22)
		(13.151)	(504)
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		305.894	278.308
Outros créditos		(178)	(1.163)
Imposto de renda e contribuição social		3.263	19.071
Outros tributos a recuperar		27	(26.072)
Despesas antecipadas		912	(1.053)
Depósitos judiciais		62	(258)
		309.980	268.833
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(562)	91
Partes relacionadas		23	(425)
Fornecedores		(6.492)	(15.360)
Outras obrigações fiscais		7.162	29.722
Pesquisa e desenvolvimento	12.2	(2.294)	(1.980)
Outras contas a pagar		(130)	779
Provisões para litígios quitadas	14.1	(3.033)	—
		(5.326)	12.827
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		291.503	281.156
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.006)	(8.134)
Encargos de passivo de arrendamentos pagos	13.2	(93)	(126)
Encargos de debêntures pagos	11.2	(116.940)	(114.545)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		165.464	158.351
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		166.162	95.998
Aquisições de imobilizado		(6)	(18)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		166.156	95.980
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortizações de principal de passivo de arrendamentos	13.2	(278)	(474)
Redução de capital		—	(74.110)
Amortização de principal de debêntures	11.2	(81.877)	(71.866)
Dividendos pagos		(92.028)	(110.477)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		(174.183)	(256.927)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		157.437	(2.596)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	20.964	23.560
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	178.401	20.964
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		157.437	(2.596)

As notas explicativas (“NE”) da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Mata de Santa Genebra Transmissão S.A (MSG ou Companhia) é uma companhia de capital fechado com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bairro Mossunguê, CEP 81.200-240, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT ou Controladora) que é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Suas atividades de construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Energia nº 001/2014 - Aneel. O prazo da concessão de 30 anos contado a partir da data de celebração do contrato se encerra em 13.05.2044.

2. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24.03.2026.

2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3. Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como aquelas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são as seguintes:

- NEs nº 3.2 e 8 – Ativos de contrato: definição da taxa de remuneração dos contratos, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nº 3.3 e 6 – Perdas de créditos esperadas: estimativa de valores que não serão recebidos;
- NEs nº 3.4 e 14 – Provisões para litígios e passivos contingentes: estimativa de perdas em processos judiciais;
- NEs nº 3.5 e 16 – Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados e de margem de construção
- NEs ns 3.7 e 7 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: previsão de lucros tributáveis futuros para recuperabilidade dos tributos;
- NEs nºs 13 - Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de desconto para os contratos;

2.4. Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Há expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo e não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

3. Políticas Contábeis Materiais

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras são apresentadas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado. Depois do reconhecimento inicial os ativos financeiros somente são reclassificados se a Companhia mudar o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e esta reclassificação ocorre de forma prospectiva.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Ativos de contrato

Representa o saldo dos contratos de serviço público de transmissão de energia elétrica firmados com o Poder Concedente para construir, operar e manter as linhas e subestações de alta tensão. Durante a vigência do contrato de concessão a Companhia recebe, condicionado a sua performance, uma remuneração denominada Receita Anual Permitida - RAP que amortiza os investimentos realizados na construção da infraestrutura e faz frente aos custos de operação e manutenção incorridos.

A Companhia estima sua receita na fase de construção a valor justo com base no custo orçado da obra e utilizado pela administração como parâmetro para o lance no leilão da concessão. A receita a valor justo é composta pelo custo orçado para todo período de construção acrescido da margem de construção, que representa parcela suficiente para cobrir os gastos de gerenciamento e acompanhamento da obra.

A taxa implícita de remuneração de cada concessão é determinada pela projeção do custo esperado, da margem de lucro na fase de construção e da projeção da RAP a ser recebida, líquida da estimativa da contraprestação variável (Parcela Variável - PV) e da parcela destinada a remunerar a Operação e Manutenção – O&M. Essa taxa de remuneração é fixada no momento inicial e não se altera durante a performance do contrato.

O ativo proveniente da construção da infraestrutura de transmissão é formado pelo reconhecimento da receita de construção, conforme o percentual completado da obra (NE nº 3.6), e por sua remuneração financeira (NE nº 3.5.2)

Após o início da operação comercial, na medida em que o serviço de operação e manutenção – O&M é prestado, a parte da RAP referente à receita de O&M é reconhecida no resultado ao valor justo, mensalmente, e faturada em conjunto com a parte da receita reconhecida na fase de construção. Este valor faturado após o cumprimento da performance de O&M é transferido para o ativo financeiro na rubrica de clientes até o seu recebimento efetivo.

A Companhia reconhece os ganhos e perdas por eficiência ou ineficiência na construção da infraestrutura e em função de revisão tarifária periódica – RTP, quando incorridos, diretamente no resultado do exercício.

3.3. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando estimativas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

3.4. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação. As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro.

Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.5. Reconhecimento da receita

3.5.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação, considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagá-la quando devida

As receitas da Companhia são auferidas pela disponibilidade da rede elétrica por meio da remuneração do ativo de contrato e da operação e manutenção da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, conforme detalhado na NE nº 3.2.

3.5.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

Em relação ao ativo de contrato da concessão de transmissão de energia elétrica é reconhecida receita de remuneração financeira utilizando a taxa de remuneração implícita fixada no início de cada projeto, a qual é apresentada na demonstração do resultado como receita operacional de acordo com o modelo de negócios da Companhia.

3.6. Receita, margem e custo de construção

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de transmissão de energia elétrica são reconhecidas ao longo do tempo com base no estágio de conclusão da obra no fim de cada período, mensurada com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados dos contratos de concessão de transmissão.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

A margem de construção adotada para a atividade de transmissão deriva de metodologia de cálculo que considera o risco do negócio.

3.7. Imposto de renda e contribuição social e diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8. Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2025

A partir de 1º.01.2025 estão vigentes as alterações de normas a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade;
- (ii) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto;
- (iii) ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial;
- (iv) OCPC 10 – Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).

3.9. Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as normas novas e/ou revisadas abaixo:

- (i) CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (a partir de 1º.01.2026);
- (ii) IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (a partir de 1º.01.2027);
- (iii) IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (a partir de 1º.01.2027);
- (iv) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11 (a partir de 1º.01.2026);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas, exceto a IFRS 18 para a qual a Administração está avaliando os impactos de adoção.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e bancos conta movimento	82.305	20.964
Aplicações financeiras de liquidez imediata	96.096	—
	178.401	20.964

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas entre 99,70% e 102,00% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Após a aquisição de 100% das ações da MSG pela Controladora em maio de 2025, houve ajuste da prática contábil de modo que parte do saldo de Títulos e Valores Mobiliários (NE nº 5) foi reclassificado tendo em vista que estes títulos atendem cumulativamente os critérios para serem classificados como caixa e equivalentes de caixa.

5. Títulos e valores mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
Cotas de fundos de investimentos	CDI (a)	100.423	266.585
Certificados de Depósitos Bancários – CDB		63	63
		100.486	266.648
	Circulante	—	145.342
	Não circulante	100.486	121.306

(a) Certificado de Depósito Interbancário - CDI

Os recursos referentes a Cotas de fundos de investimentos são vinculados aos contratos de debêntures (NE nº 11).

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há 90 dias	31.12.2025	31.12.2024
Encargos de uso da rede elétrica	32.133	143	13.697	45.973	50.645
(-) Perdas de créditos esperadas	(39)	(3)	(8.354)	(8.396)	(10.895)
	32.094	140	5.343	37.577	39.750

O ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico emite mensalmente os AVC's - avisos de créditos relativos à apuração mensal dos serviços e encargos de transmissão e determina quanto cada cliente deve pagar a cada transmissora. No entanto a cobrança é feita diretamente entre transmissora e cliente. Toda inadimplência é comunicada ao ONS o qual pode, conforme cada caso, executar a garantia, retirar o cliente da apuração mensal e, em último caso, cancelar o contrato com o cliente e retirá-lo do sistema de transmissão.

7. Tributos

7.1. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2024	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2025
Ativo não circulante					
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	149.900	(3.461)	146.439	(3.976)	142.463
Provisões para litígios	1.600	207	1.807	(1.758)	49
Provisão Indisponibilidade de Linha	1.849	1.315	3.164	(3.164)	—
Provisão para P&D	969	36	1.005	427	1.432
Perdas de créditos esperadas	667	2.370	3.037	(184)	2.853
ACT - Acordo Coletivo do Trabalho	—	16	16	(2)	14
Passivo de arrendamentos	11	15	26	216	242
Passivo Omisso	662	195	857	(344)	513
Outros	64	—	64	—	64
	155.722	693	156.415	(8.785)	147.630
(-) Passivo não circulante					
Contratos de concessão	(311.577)	(41.961)	(353.538)	(34.784)	(388.322)
Atualização de depósitos judiciais	(2.459)	(567)	(3.026)	(418)	(3.444)
	(314.036)	(42.528)	(356.564)	(35.202)	(391.766)
Líquido	(158.314)	(41.835)	(200.149)	(43.987)	(244.136)

Projeção de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, de acordo com as projeções de resultados futuros.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

2026	(21.187)
2027	(21.191)
2028	(21.085)
2029	(21.085)
2030	(21.085)
2031 a 2033	(63.256)
Após 2033	(222.877)
	(391.766)

7.2. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	156.577	146.759
IRPJ e CSLL (34%)	(53.236)	(49.898)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(20)	(13)
Incentivos Fiscais	45	—
Outros	25	24
IRPJ e CSLL correntes	(9.199)	(8.052)
IRPJ e CSLL diferidos	(43.987)	(41.835)
Alíquota efetiva - %	34,0 %	34,0 %

7.3. Reforma tributária do consumo

Em 2023, foi instituída a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, com regulamentações sancionadas em 2024 e 2025, estabelecendo um novo modelo de tributação com implementação gradual, ainda sujeito a regulamentações complementares e definições operacionais por parte das autoridades competentes. Considerando a relevância e a complexidade do tema, a Companhia constituiu grupo multidisciplinar para avaliar os potenciais impactos sobre suas operações, posição patrimonial, resultados, fluxos de caixa, sistemas, processos e controles internos.

Com base em estudos iniciais, a Administração definiu e iniciou, ao longo de 2025, plano estruturado de adequação às novas exigências legais e operacionais, incluindo revisão de processos e atualização de sistemas. Em 2026, a Companhia dará continuidade às ações, com foco nas alterações previstas para 2027, mantendo monitoramento contínuo da evolução legislativa e refletindo prospectivamente em suas demonstrações financeiras eventuais impactos decorrentes de mudanças futuras.

7.4. Outros Tributos Diferidos - Pis/Cofins

Com a promulgação da Reforma Tributária e sua regulamentação pela Lei Complementar nº 214/2025, foi estabelecida a extinção das contribuições ao PIS e à Cofins a partir de 2027, e por consequência a não tributação da RAP futura por esses tributos. Em decorrência dessa alteração normativa, em 2025 o montante anteriormente registrado no Passivo (outros tributos diferidos), foi baixado, com contrapartida no ativo de contrato.

8. Ativo de contrato

Em 1º.01.2024		3.308.088
Adições		381.298
Transferências para encargos do uso da rede - clientes		(290.739)
Em 31.12.2024		3.398.647
Adições		403.980
Transferências para encargos do uso da rede - clientes		(304.174)
Pis/Cofins (a)		(310.055)
Em 31.12.2025		3.188.398
	Circulante	74.908
	Não circulante	3.113.490

(a) baixa do saldo de Pis/cofins conforme NE nº 7.4

8.1. Premissas adotadas para o cálculo do ativo de contrato

	31.12.2025	31.12.2024
Margem de construção	1,65 %	1,65 %
Margem de operação e manutenção	1,65 %	1,65 %
Taxa de remuneração (a)	8,32% a.a.	8,30% a.a.
Índice de correção dos contratos	IPCA	IPCA
RAP anual, conforme Resolução Homologatória	356.088	321.600

(a) Taxa média ponderada do contrato

9. Fornecedores

	31.12.2025	31.12.2024
Materiais e serviços	7.133	7.011
Outros Fornecedores	27	20
	7.160	7.031

10. Partes relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Passivo		Custo / Despesa	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Controladores				
Copel Geração e Transmissão S.A.				
Serviços de O&M	2.170	2.284	(15.220)	(13.386)
Dividendos	24.555	11.527	-	-
Engenharia do proprietário (NE nº 11)	-	1.300	-	-
Compartilhamento (a)	342	322	-	-
Entidades sob controle comum				
Copel Distribuição S.A.				
Compartilhamento (a)	303	300	-	-
Pessoal chave da administração				
Honorários	-	-	(1.259)	(2.392)
Encargos sociais	-	-	(109)	(354)

(a) Os saldos se referem a contratos de compartilhamento de despesas de pessoal e administradores e de serviços celebrados entre a Copel e suas subsidiárias diretas e indiretas.

No que diz respeito ao pessoal chave da administração, não há outros benefícios além do que está apresentado no quadro acima.

11. Debêntures

Emissão	Garantia	Valor do contrato	31.12.2025	31.12.2024
2ª		210.000	185.535	199.007
3ª, série 1	Real (penhor de ações de propriedade da Copel GeT e cessão de créditos).	400.000	400.964	414.897
3ª, série 2		550.000	631.995	618.013
3ª, série 3		550.000	614.567	604.224
		Dívida bruta	1.833.061	1.836.141
		(-) Custo de transação	(47.101)	(52.404)
		Dívida líquida	1.785.960	1.783.737
		Circulante	97.749	87.054
		Não circulante	1.688.211	1.696.683

O custo médio da dívida em taxa nominal em 31.12.2025 é de 10,76% a.a (11,40% a.a em 31.12.2024), o que equivale a 72,19% do CDI (93,84% do CDI em 2024).

11.1. Vencimento das parcelas de longo prazo

2027	95.374
2028	101.993
2029	111.908
2030	126.576
2031	125.688
Após 2031	1.126.672
	1.688.211

11.2. Mutação das debêntures

Em 1º.01.2024	1.763.082
Encargos e variação monetária	207.066
Pagamento - principal	(71.866)
Pagamento - encargos	(114.545)
Em 31.12.2024	1.783.737
Encargos e variação monetária	201.040
Pagamento - principal	(81.877)
Pagamento - encargos	(116.940)
Em 31.12.2025	1.785.960

11.3. Cláusulas contratuais restritivas – covenants

A Companhia deverá manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,2 por 3 anos seguidos ou 4 anos intercalados, com base nas demonstrações financeiras auditadas, independentemente da realização de depósitos da Conta Complementação do ICSD em cada um dos períodos. Em 31.12.2025 a Companhia atingiu ICSD de 1,30, bem como todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

12. Pesquisa e Desenvolvimento

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de transmissão de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

12.1. Saldos constituídos para aplicação em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2025	Saldo em 31.12.2024
FNDCT	–	207	–	207	196
MME	–	103	–	103	98
P&D	1.179	–	4.276	5.455	4.064
	1.179	310	4.276	5.765	4.358
			Circulante	1.552	352
			Não circulante	4.213	4.006

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

12.2. Mutação dos saldos de P&D

	FNDCT	MME	P&D	Total
Em 1º.01.2024	114	57	2.885	3.056
Constituições	1.182	591	1.182	2.955
Juros	–	–	327	327
Recolhimentos	(1.100)	(550)	(330)	(1.980)
Em 31.12.2024	196	98	4.064	4.358
Constituições	1.286	643	1.286	3.215
Juros	–	–	486	486
Recolhimentos	(1.275)	(638)	(381)	(2.294)
Em 31.12.2025	207	103	5.455	5.765

13. Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos

13.1. Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2024	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2024	Adições	Amortização	Saldo em 31.12.2025
Imóveis	500	1.157	(539)	(250)	868	47	(305)	610
	500	1.157	(539)	(250)	868	47	(305)	610

13.2. Passivo de arrendamentos

Em 1º.01.2024		532
Adições		1.157
Encargos		126
Pagamento - principal		(474)
Pagamento - encargos		(126)
Baixas		(272)
Em 31.12.2024		943
Adições		47
Encargos		93
Pagamento - principal		(278)
Pagamento - encargos		(93)
Em 31.12.2025		712
	Circulante	337
	Não circulante	375

13.3. Vencimento das parcelas de longo prazo

Vencimentos		Valor
2027		397
	Valores não descontados	397
	Juros embutidos	(22)
	Saldo do passivo de arrendamento	375

14. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos. A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por este motivo, esta informação não é fornecida.

14.1. Mutação das provisões para litígios

	Saldo em	Resultado	Atualização	Adições	Saldo em	Resultado	Atualização	Adições	Quitações	Saldo em	
	1º.01.2024	Adições	monetária	no ativo	31.12.2024	Adições	Reversões	monetária		no ativo	31.12.2025
Trabalhistas	—	57	3	—	60	310	(20)	23	—	(232)	141
Fiscais	—	—	—	—	—	3	—	—	—	—	3
Cíveis											
Servidões de passagem	27.485	—	—	(6.868)	20.617	—	—	—	28.098	(2.801)	45.914
Ambientais	4.706	550	—	—	5.256	—	(5.256)	—	—	—	—
	32.191	607	3	(6.868)	25.933	313	(5.276)	23	28.098	(3.033)	46.058

14.2. Passivo contingente

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	31.12.2025	31.12.2024
Trabalhistas	188	513
Cíveis	26.666	37.889
Regulatórias (NE nº 14.2.1)	324.217	317.442
	351.071	355.844

14.2.1. Regulatórias

Se referem principalmente a discussões com a Aneel relacionadas à postergação da entrada em operação comercial e, conseqüentemente, atraso das parcelas que compõem a RAP do empreendimento, e reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso no cronograma tendo em vista a ocorrência de fatos não imputáveis à MSG.

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2025, no valor de R\$ 1.134.963 (R\$ 1.134.963 em 31.12.2024) é composto por 1.134.963.171 ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A.

Em dezembro de 2024 a Copel GeT celebrou o contrato de descruzamento de ativos com a Axia (antiga Eletrobras). Em 30.05.2025, a operação foi concluída e a Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. passou a ter como única acionista a Copel Geração e Transmissão S.A.

15.2. Resultado por ação

	31.12.2025	31.12.2024
Numerador		
Lucro líquido atribuído à acionista controladora	103.391	96.872
Denominador		
Média ponderada das ações (em unidades)	1.134.963.171	1.147.957.869
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	0,09110	0,08439

15.3. Reserva legal e Reserva de Retenção de Lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976, e é constituída com base em Orçamento de Capital proposto pelos órgãos da Administração para deliberação da Assembleia Geral, quando aplicável.

15.4. Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2025	31.12.2024
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	103.391	96.872
Reserva legal (5%)	(5.170)	(4.844)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	98.221	92.028
Dividendos mínimos obrigatórios	24.555	23.007
Dividendos adicionais propostos	73.666	69.021
Total de dividendos	98.221	92.028
Valor do dividendo por ação	0,08654	0,08017

15.5. Dividendo adicional proposto

Em 30.04.2025, a Assembleia Geral aprovou o pagamento do dividendo adicional proposto registrado em 31.12.2024, no valor de R\$ 69.021.

16. Receita Operacional Líquida

	31.12.2025	31.12.2024
Receita de operação e manutenção - O&M	82.353	81.186
Receita de juros efetivos	348.078	337.221
Receita de construção	6.623	14.349
Outras receitas	363	347
Receita Operacional Bruta	437.417	433.103
(-) PIS/Pasep e Cofins s/ faturamento	(32.285)	(31.023)
(-) PIS/Pasep e Cofins diferidos	(6.366)	(8.116)
(-) Pesquisa e desenvolvimento	(3.216)	(2.955)
	395.550	391.009

17. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	31.12.2025	31.12.2024
Pessoal e administradores	–	–	(5.284)	–	(5.284)	(8.596)
Planos previdenciário e assistencial	–	–	(327)	–	(327)	(418)
Material	(385)	–	(61)	–	(446)	(352)
Serviços de terceiros	(22.299)	–	(11.083)	–	(33.382)	(24.525)
Depreciação e amortização	(280)	–	(40)	–	(320)	(592)
Provisões e reversões	–	(453)	–	4.962	4.509	(9.458)
Custo de construção	(35.335)	–	–	–	(35.335)	(22.603)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(3.187)	–	(718)	(1.315)	(5.220)	(3.434)
	(61.486)	(453)	(17.513)	3.647	(75.805)	(69.978)

18. Resultado Financeiro

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	34.979	30.549
Atualização de depósitos judiciais	4.218	2.335
Juros sobre impostos a compensar	1.207	2.141
(-) Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(1.882)	(1.634)
Outras receitas financeiras	70	115
	38.592	33.506
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária e encargos da dívida	201.065	207.069
Juros sobre passivo de arrendamento	93	126
Outras despesas financeiras	602	583
	201.760	207.778
Líquido	(163.168)	(174.272)

19. Instrumentos Financeiros

19.1. Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2025		31.12.2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	2	178.401	178.401	20.964	20.964
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	100.486	100.486	266.586	266.586
			278.887	278.887	287.550	287.550
Custo amortizado						
Clientes (a)	6		37.577	37.577	39.750	39.750
			37.577	37.577	39.750	39.750
Total dos ativos financeiros			316.464	316.464	327.300	327.300
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	9		7.160	7.160	7.031	7.031
Debêntures (c)			1.833.061	1.743.923	1.836.140	1.621.055
Total dos passivos financeiros			1.840.221	1.751.083	1.843.171	1.628.086

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Calculado conforme cotação da última negociação no mercado secundário através do preço médio do Preço Unitário – PU em 31.12.2025, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima.

19.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou de contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa (a)	178.401	20.964
Títulos e valores mobiliários (a)	100.486	266.586
Clientes (b)	37.577	39.750
	316.464	327.300

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar seus recursos em instituições financeiras com elevado rating em escala nacional, considerando as maiores agências de classificação que atuam no País.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes e implementando políticas específicas de cobrança.

19.2.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração desse risco com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias, enquanto as de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil – Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 4 anos. A partir de 2030, repetem-se os indicadores de 2029 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2025							
Fornecedores	—	5.590	—	1.570	—	—	7.160
Debêntures	NE nº 11	—	—	208.600	938.641	2.548.638	3.695.879
Passivo de arrendamentos	NE nº 13	29	59	263	361	—	712
		5.619	59	210.433	939.002	2.548.638	3.703.751

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

19.2.3. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data das demonstrações financeiras, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic - 12,25% e IPCA - 4,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Bacen. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2025		
		31.12.2025	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	100.486	12.310	9.235	6.160
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta IPCA	(1.833.061)	(73.322)	(91.653)	(109.984)

19.3. Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2025	31.12.2024
Debêntures	1.833.061	1.836.141
(-) Caixa e equivalentes de caixa	178.401	20.964
(-) Títulos e valores mobiliários - garantias de contratos de dívidas	100.486	266.648
Dívida líquida	1.554.174	1.548.529
Patrimônio líquido	1.397.141	1.387.326
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	1,11	1,12

20. Seguros

Os principais seguros contratados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	24.08.2026	461.090
Seguro D&O (a)	28.03.2026	137.560
Seguro Cyber	08.05.2026	25.000
Garantia Judicial	04.02.2027	17.190

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 31.12.2025, de R\$ 5,5024.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

21. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

21.1. Transações que não envolvem caixa

	31.12.2025	31.12.2024
Adições de direito de uso de ativos (a)	47	1.157
	47	1.157

(a) Reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamento.

A transação acima não envolveu caixa, motivo pelo qual não está mencionada na demonstração do fluxo de caixa.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**

Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO

Diretor Administrativo-Financeiro

MICHAEL LUIZ DE SOUZA

Contador - CRC-PR-059084/O-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A (MSG), sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indireta da Companhia Paranaense de Energia (Copel), declaramos que:

- (I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. relativamente às demonstrações financeiras da MSG de 31.12.2025; e
- (II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da MSG em 31.12.2025.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 24 de março de 2026

**MARCOS PAULO BOAVENTURA SEVERINO
REZENDE**
Diretor Técnico

ADRIANO FEDALTO
Diretor Administrativo-Financeiro



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

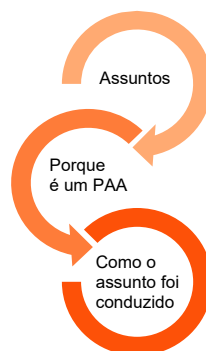
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica (Notas 3.2 e 8)</p> <p>Conforme mencionado nas Notas 3.2 e 8 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém registrado na rubrica de "Ativos de contrato" o montante de R\$ 3.188.398 mil. O ativo de concessão refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão. A mensuração do ativo de contrato de concessão requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração sobre o cumprimento das obrigações de performance satisfeitas ao longo do tempo.</p> <p>Adicionalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de remuneração, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, requer o uso de julgamento significativo por parte da Administração para a mensuração do valor presente com base nos fluxos de caixas futuros, bem como determinação das margens de lucro esperadas na obrigação de performance identificada. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.</p> <p>Devido à relevância dos valores e ao grau de julgamento aplicado na determinação das premissas utilizadas, consideramos essa área como foco da auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do ativo de contrato de concessão de linhas de transmissão de energia elétrica.</p> <ul style="list-style-type: none">• Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e seus aditivos, quando aplicável. Observamos a consistência entre os dados de Receita Anual Permitida (RAP) contidos nos controles auxiliares reconciliados com os registros contábeis e respectivas resoluções regulatórias, incluindo os ajustes de remensuração decorrentes de revisões tarifárias.• Adicionalmente, avaliamos o cálculo aritmético do modelo e as premissas relevantes relacionadas aos fluxos financeiros dos respectivos contratos, tais como: (i) definição e aplicação das taxas de atualização financeira utilizadas; e (ii) valores residuais estimados, quando previsto no contrato.• Leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as premissas e julgamentos significativos utilizados pela Administração na mensuração do ativo de contrato e as respectivas divulgações são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

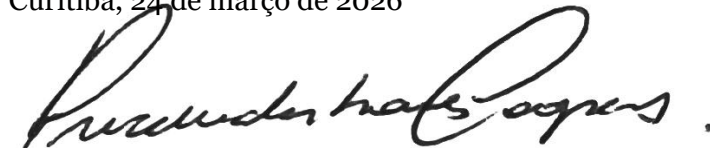
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 24 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Bruno Guedes Monteiro
Contador CRC 1RJ118070/O-0